

ÁREA TEMÁTICA:

- COMUNICAÇÃO
- CULTURA
- DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA
- EDUCAÇÃO
- MEIO AMBIENTE
- SAÚDE
- TECNOLOGIA E PRODUÇÃO
- TRABALHO

EDUCAÇÃO E JUSTIÇA RESTAURATIVA: ESTRATÉGIAS PROMOTORAS DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES EM PONTA GROSSA

Mariane Aparecida Schuhli (UEPG – marianeschuhli@hotmail.com)

Karla Daiane Martins (UEPG – kdaiianemartins@hotmail.com)

Nelba Maria Teixeira Pisacco (UEPG – projetoproa@gmail.com) (COORDENADOR DO PROJETO)

Resumo:

Baixo desempenho escolar, evasão e repetências são comuns a adolescentes autores de ato infracional e a crianças e adolescentes em situação de risco social. O comprometimento na vida escolar indica que o direito fundamental à educação e ao desenvolvimento durante a infância não estão sendo garantidos e a proposição de medidas meramente punitivas podem não ser efetivas para mudar essa realidade. O evento “Educação e Justiça Restaurativa: estratégias promotoras de inclusão de estudantes em Ponta Grossa” discutiu a realidade local quanto a adolescentes que demandam medidas protetivas e socioeducativas, o papel do Centro Judiciário de Solução de Conflitos de Ponta Grossa (CEJUSC/PG) na promoção da inclusão social e as práticas restaurativas em educação. Inicialmente destinado aos acadêmicos de pedagogia, o resultado superou as expectativas, uma vez que atingiu um público diversificado de mais de 200 pessoas. O evento atingiu o objetivo a que se propôs, obtendo avaliação bastante positiva pelos participantes.

Palavras-chave: Inclusão Educacional e Social. Educação. Justiça Restaurativa.

INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea é marcada por uma crise de respeito aos direitos humanos (VELOSO, 2016). Baixo desempenho escolar, evasão e repetências são comuns a uma parcela significativa de adolescentes autores de ato infracional e a crianças e adolescentes em situação de risco social, que são encaminhadas à justiça, na Comarca de Ponta Grossa (PISACCO et al, 2016). O comprometimento na vida escolar indica que o direito fundamental à educação e ao desenvolvimento durante a infância não estão sendo garantidos e a proposição de medidas meramente punitivas podem não ser efetivas para mudar essa realidade.

No atual contexto de desintegração social e de novos padrões de sociabilidade, crianças e adolescentes em risco social e jovens em conflito com a lei são, majoritariamente, de comunidades pobres, são constantemente alvo de elementos ideologizados que os estigmatizam, atribuindo-lhes uma índole negativa, na qual não teria direito às garantias constitucionais (VELOSO, 2016). Desenvolver práticas em que os direitos sociais estejam garantidos não é tarefa simples, pois tais práticas devem assumir o compromisso com a equidade de atendimento de estudantes que já tiveram os seus direitos violados desde o seu

nascimento. A igualdade de oportunidades e a justiça social devem oportunizar a eles uma nova visão de mundo que os emancipe e que lhes possibilite a serem sujeitos de sua própria história.

O caminho para a efetivação de direitos sociais foi iniciado em 1990 com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 2002). Posteriormente, surgiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, em 2006, que foi instituído pela Lei Federal 12.594 de 18 de janeiro de 2012 (BRASIL, 2016). Dentre várias orientações, o SINASE reforça a concepção pedagógica das medidas socioeducativas, que são medidas aplicáveis a adolescentes autores de atos infracionais e estão previstas no art. 112 do ECA. Apesar de configurarem resposta à prática de um delito, apresentam um caráter predominantemente educativo e não punitivo. Já para crianças e adolescentes em condição de vulnerabilidade, o artigo 98 do ECA estabelece que as medidas de proteção serão aplicadas sempre que houver violação dos direitos estabelecidos no próprio ECA por "ação ou omissão da sociedade ou do Estado", ou "por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável".

A Lei do SINASE (BRASIL, 2016) prioriza a aplicação de práticas ou medidas que sejam restaurativas (art. 35, III). A Justiça Restaurativa é uma forma alternativa de enfrentamento do conflito e de atendimento das partes nele envolvidas, na medida em que, de forma inclusiva, busca promover o empoderamento, pertencimento e responsabilização, ao passo que busca atender às necessidades e possibilidades da vítima, do ofensor e da comunidade na qual ambos estão inseridos.

Atentos a esta nova vertente, a Comarca de Ponta Grossa inaugurou o Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania (CEJUSC/PG), em julho de 2014, que visa a atender a comunidade com ferramentas modernas e eficazes para a resolução positiva de conflitos. O CEJUSC/PG desenvolve projetos e práticas restaurativas ligadas à educação. Dentre os projetos, em parceria com a UEPG, desenvolve-se o Projeto Psicopedagógico ProAprendizagem (PROA), que visa promover a melhoria da aprendizagem de estudantes que estão sob medidas protetivas ou executivas. Em sua proposta, o projeto previu a realização de um evento, aberto ao público, abordando a interlocução da educação da justiça restaurativa (PISACCO, 2016).

Justificou-se a realização do evento dada a importância da temática na formação profissional, humana e social de futuro educadores na perspectiva da educação inclusiva, garantia de direitos à educação e inclusão social, especialmente aos acadêmicos de Licenciatura em Pedagogia que cursam a disciplina de Educação Inclusiva.

OBJETIVO

O objetivo deste trabalho é apresentar a análise dos resultados da mesa redonda “Educação e Justiça Restaurativa: estratégias promotoras de inclusão de estudantes em Ponta Grossa”. O evento teve o intuito de discutir a realidade local quanto a adolescentes que demandam medidas protetivas e socioeducativas, o papel do Centro Judiciário de Solução de Conflitos de Ponta Grossa (CEJUSC/PG) na promoção da inclusão social e as práticas restaurativas em educação.

METODOLOGIA

Evento “Educação e Justiça Restaurativa: estratégias promotoras de inclusão de estudantes em Ponta Grossa”, caracterizado como mesa-redonda, foi destinado aos alunos da disciplina de Educação Inclusiva do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), e foi promovido numa parceria do projeto de extensão PROA, CEJUSC/PG, Laboratório Lúdico Pedagógico (LALUPE/UEPG), Departamento de Educação e Colegiado de Licenciatura em Pedagogia. A atividade teve a coordenação da Prof. Dra. Nelba Pisacco (PROA/UEPG) e de Mariana Ferreira Cordeiro (CEJUSC/PG), bacharel em Direito pela UEPG e Servidora do Tribunal de Justiça. Ocorreu no dia 17 de maio de 2017, no grande auditório da UEPG, teve duração de três horas, sendo duas horas para exposição dos palestrantes e uma hora para perguntas e discussão.

Para avaliação do evento, foram entregues aos participantes fichas que continham dados de identificação e questões de avaliação, relativas aos tópicos: organização do evento; relevância do tema(s) abordado(s); conhecimento do(s) ministrante(s) em relação ao(s) tema(s) da(s) atividade(s); e contribuição para sua formação e/ou profissão. Cada tópico possuía as opções: péssimo; fraco; médio; bom; excelente; e não se aplica, que deveriam ser assinaladas para a análise quantitativa. Em seguida, havia um espaço para a análise qualitativa, em que os participantes poderiam escrever suas críticas e sugestões com relação ao evento.

RESULTADOS

A mesa-redonda teve como moderadora a Profa. Ms. Elenice Parise Foltran (Figura 1, imagem superior à esquerda) coordenadora do LALUPE, foi composta por cinco palestrantes (Figura 1, imagem superior à direita) que apresentaram três tópicos de discussão.

Figura 1 – Imagens do evento Educação e Justiça Restaurativa



FONTE: Fotos publicadas no Portal da UEPG [<http://portal.uepg.br/noticias.php?id=10696>]

A Dra. Laryssa A. C. Muniz, juíza de Direito Substituta da Comarca de Ponta Grossa e coordenadora do CEJUSC/PG (Figura 1, imagem inferior à esquerda), apresentou o panorama social e a caracterização dos adolescentes autores de atos infracionais e perspectiva da Justiça Restaurativa neste contexto. Destacou que o baixo desempenho escolar, a evasão e a repetência são comuns a uma parcela significativa de adolescentes em conflito com a lei e adolescentes em situação de risco social, que são encaminhadas à justiça, na Comarca de Ponta Grossa.

Um exemplo de proposta preventiva, frente a essa realidade, é o Projeto Escola Restaurativa, que foi apresentado pela Profa. Dra. Adriana Ribeiro F. Rodrigues e pela professora Claudete Ap. C. Albuquerque, da direção do Colégio Borel du Vernay. A implantação da proposta vem ocasionando a diminuição da violência na escola, maior participação dos alunos, o desenvolvimento de muitas oficinas de cunho acadêmico, cultural, desportivo, artístico e de promoção pessoal e social.

Como exemplos de medidas socioeducativas, foram apresentados dois projetos. Uma proposta é o “Na Medida Que Eu Penso”, coordenado pela professora de filosofia Eliete R. de Campos, que propõe a filosofia como norte para a socioeducação. Um dos indicadores do sucesso da proposta é a redução da reincidência no cometimento de atos infracionais pelos adolescentes que participam do projeto, significativamente abaixo dos índices nacionais.

A professora Nelba apresentou o Projeto Psicopedagógico Pró-Aprendizagem (PROA), que propõe a interlocução psicopedagogia/justiça restaurativa como meio de promover a melhoria da aprendizagem de adolescentes em situação de vulnerabilidade social, sob ameaça de ter seus direitos feridos ou que cometeram atos infracionais. Atende os adolescentes que são encaminhados pelo CEJUSC que tem a participação no projeto como uma alternativa de medida protetiva ou socioeducativa. A proposta é uma intervenção lúdica, individualizada ou coletiva, no intuito de melhorar sua aprendizagem e propor alternativas de acesso e/ou permanência na educação escolar.

O debate entre os participantes enfocou: o direito à educação como um dos mecanismos de justiça social reforçou a concepção pedagógica das medidas socioeducativas, que apesar de configurarem como respostas à prática de um delito apresentam um caráter predominantemente educativo e não punitivo, e demonstrou o papel do CEJUSC/PG no desenvolvimento de projetos e práticas restaurativas ligadas à educação.

A relevância do evento foi destaca em reportagem publicada no site de notícias da UEPG [<http://portal.uepg.br/noticias.php?id=10696>].

O evento, inicialmente destinado aos acadêmicos de pedagogia, atingiu um público de mais de 200 pessoas (Figura 1, imagem inferior à direita), sendo que, alguns optaram por participar sem fazer a inscrição. Foram inscritas 176 pessoas de diversos outros cursos, entre eles Serviço Social, Jornalismo, Psicologia e algumas licenciaturas. Além de estudantes, o evento contou com a participação de alguns professores da UEPG e de instituições de ensino de Ponta Grossa. O resultado das avaliações feitas pelos participantes inscritos é apresentado no Gráfico 1.

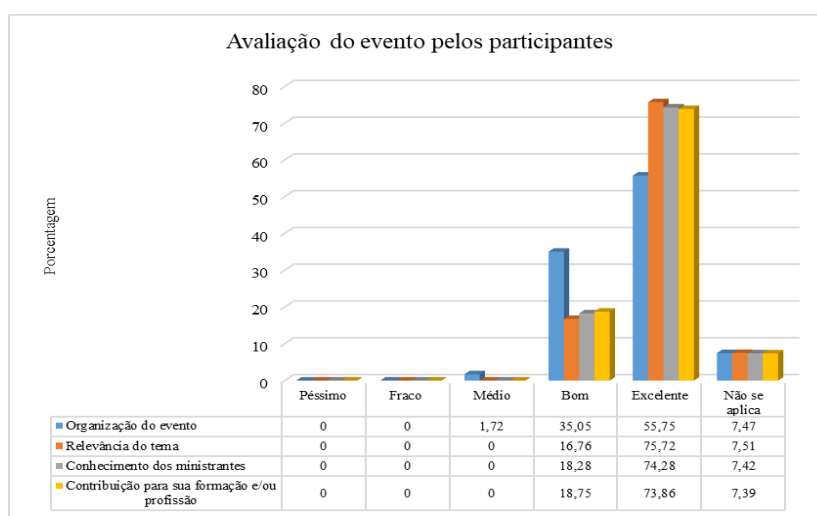


Gráfico 1: Avaliação da mesa-redonda pelos participantes
Fonte: Dados obtidos nas fichas de avaliação do evento

Os dados demonstram que o evento atingiu o objetivo a que se propôs, obtendo avaliação bastante positiva pelos participantes. Em todos os quesitos avaliados, a maior porcentagem foi para excelente e nenhum item foi considerado como “péssimo” e “fraco”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resultado do evento superou as expectativas dos organizadores, uma vez que atingiu um público diversificado e as avaliações analisadas demonstraram grande satisfação por parte dos participantes.

A atividade oportunizou à comunidade debater sobre a interlocução entre Educação e Justiça Restaurativa, conhecer mais sobre as crianças, pré-adolescentes e adolescentes que demandam medidas protetivas e adolescentes em medidas socioeducativas no município, bem como apresentou o papel do CEJUSC-Ponta Grossa no desenvolvimento de projetos e estratégias restaurativas para promoção da inclusão social. Além disso, o evento despertou o interesse de acadêmicos de Jornalismo e de Serviço Social da UEPG em conhecer o Laboratório Lúdico Pedagógico (LALUPE).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990: Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

BRASIL. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE. Brasília: CONANDA, 2016.

PISACCO, N.M.T. et al. A escolaridade de adolescentes autores de atos infracionais na comarca de Ponta Grossa. In: Anais do XXV EAIC. UEPG: Ponta Grossa, 2016. ISSN 1676-0093.

PISACCO, N.M.T. PROA - Projeto Psicopedagógico ProAprendizagem. Projeto de Extensão protocolado junto à Pró-Reitoria de Extensão a Assuntos Culturais da Universidade Estadual de Ponta Grossa. 2016.

VELOSO, V.B. O jovem em conflito com a lei e o direito à educação básica. In: Anais da ANPED SUL 2016. Reunião Científica Regional da ANPED – De 24 a 27 de julho. UFPR: Curitiba.